

---

## Mídias Independentes e “Insurgências Editoriais”: Provocações para Repensar o Jornalismo<sup>1</sup>

Michele da Silva TAVARES<sup>2</sup>

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

### RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre as “insurgências editoriais”, ou seja, condutas editoriais em perspectiva contra-hegemônica. Do ponto de vista conceitual, provoca-se uma reflexão sobre o papel das mídias independentes no cenário jornalístico contemporâneo. Do ponto de vista metodológico, aplica-se a noção de análise de conteúdo (Bauer, 2003). Para o exercício analítico, foram selecionadas três reportagens especiais, investigativas, produzidas por mídias independentes com perfis editoriais distintos - Portal Catarinas, O Joio e O Trigo e Agência Pública - que revelam situações de vulnerabilidade e enfatizam o recorte de gênero na abordagem jornalística. A análise permitiu a identificação dos elementos editoriais insurgentes e a verificação dos modos de aplicação em duas camadas: modos de ser e modos de agir.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mídias independentes; insurgências editoriais; Jornalismo.

### Introdução

Em sua prática, o jornalismo cuida das histórias reais, dos objetos tangíveis e dos acontecimentos do mundo. Assim, os textos noticiosos nos apresentam (ou deveriam apresentar) fatos, angulações e interpretações sobre os acontecimentos por meio de uma linguagem áudio-verbo-visual calçada na pluralidade de vozes, nas marcas de verdade, entre outros parâmetros que configuram certo *ethos* jornalístico. Tais premissas, no entanto, nem sempre se revestem de abordagem humanizada e atenta às diversidades identitárias e territoriais, como também, por vezes, silenciam grupos sociais historicamente marginalizados nas representações midiáticas, em detrimento de vozes especializadas do “centro”.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa 09 – Comunicação, Alteridade e Diversidade do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup>Doutora em Comunicação Social (UFMG). Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Laboratório de Análise de Visualidades, Narrativas e Tecnologias (Lavint/UFS), email: [mitavares@academico.ufs.br](mailto:mitavares@academico.ufs.br)

---

Na paisagem midiática contemporânea, destaca-se a emergência de mídias jornalísticas que se intitulam “independentes”<sup>3</sup>. Tais iniciativas sugerem uma reflexão sobre a prática e o ensino do jornalismo investigativo, com ênfase em reportagens que tratam de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade, com abordagem humanizada, comprometidas com a diversidade e os sentidos de pertença. Além disso, tais produções se destacam porque podem empreender uma perspectiva mais subjetiva, inclusiva e, antirracista, com perspectiva de gênero e ênfase nos testemunhos e nas histórias dos sujeitos e seus territórios, sem perder de vista os parâmetros jornalísticos convencionais e hegemônicos - mas, desestabilizando-os.

Neste trabalho que se configura como um estudo exploratório e que surge de inquietações vivenciadas a partir do ensino de jornalismo, sobretudo na experiência de pesquisa e da prática laboratorial, propomos uma reflexão sobre esses movimentos e gestos editoriais, que aqui convenciamos chamar de “insurgentes”, uma vez que tensionam o campo jornalístico contemporâneo, fazendo repensar premissas e práticas hegemônicas.

Partimos do pressuposto de que as marcas “insurgentes” são autodeclaradas pelas mídias independentes nas respectivas premissas editoriais, ao firmarem certo “contrato de comunicação” (Charaudeau, 2010) a respeito do tipo de jornalismo que se propõe como contra-hegemônico. No entanto, como assumem tais perspectivas na prática jornalística e na configuração argumentativa das reportagens? Propomos, portanto, a identificação dos elementos que configuram as “insurgências editoriais”, seja por meio de uma leitura das premissas editoriais de mídias independentes que investem na produção de reportagens investigativas, como também, a partir da leitura crítica das reportagens para verificar os modos de aplicação das características insurgentes.

Na tentativa de iniciar a fundamentação - ainda em processo de maturação - do conceito de “insurgências editoriais”, revisamos autores que nos ajudam a compreender as características e o papel das mídias independentes no cenário jornalístico contemporâneo (Patrício e Batista, 2020; Reis, 2017; Assis et.al., 2017). Também acionamos autores e autoras que refletem de modo crítico sobre o jornalismo e suas práticas hegemônicas (Moraes, 2022; Albuquerque, 2022), tensionando teoria e prática,

---

<sup>3</sup>Para compreender a paisagem midiática, usamos o “Mapa do Jornalismo Independente” da Agência Pública como referência.

---

a partir de autoras como Kilomba (2021) e Hooks (2021), que provocam uma reflexão sobre a descolonização do conhecimento no espaço acadêmico.

Do ponto de vista metodológico, para compreender os gestos que caracterizam as aplicações editoriais “insurgentes”, aplicamos noções de análise de conteúdo (Bauer, 2003) para a leitura das premissas editoriais e categorização das marcas editoriais “insurgentes” identificadas nas produções jornalísticas. Para a reflexão e exercício de análise, selecionamos três reportagens especiais, investigativas, produzidas por mídias independentes com perfis editoriais distintos - Portal Catarinas, O Joio e O Trigo e Agência Pública. Optamos por reportagens que revelam situações de vulnerabilidade e enfatizam o recorte de gênero na abordagem jornalística.

Por fim, espera-se que seja possível não apenas identificar alguns elementos que configuram as “insurgências editoriais” que despontam no cenário do jornalismo independente, mas, principalmente, refletir sobre o papel das mídias independentes na paisagem do jornalismo contemporâneo e pensar sobre modos de desestabilizar padrões jornalísticos “colonizadores” e estimular a autocrítica no que se refere à forma como ensinamos e reproduzimos as práticas jornalísticas hegemônicas.

### **O Jornalismo e as Insurgências Editoriais**

De acordo com o Dicionário Michaelis, o adjetivo “insurgente” diz-se de (algo) ou indivíduo que se rebela contra algo, ou seja, que possui uma opinião contrária ao que está posto e que se revolta contra um poder estabelecido. Nesse sentido, consideramos que as mídias jornalísticas independentes podem desenvolver produções jornalísticas “insurgentes”, na medida em que apresentam uma perspectiva editorial contra-hegemônica, que contesta os veículos hegemônicos e suas premissas, posicionando-se a partir de algumas escolhas e condutas editoriais.

Um primeiro aspecto que deve ser registrado para compreensão da natureza editorial dessas mídias “insurgentes” está relacionado à noção de independência enquanto modelo de negócios. De acordo com Patrício e Batista (2020), as iniciativas de jornalismo independente constituem projetos disponíveis em plataformas digitais, sem vinculação com os tradicionais veículos de comunicação, destacando-se pelo discurso da autossustentabilidade, por meio de editais ou financiamento coletivo. “Esses

---

conteúdos produzidos por jornalistas independentes [...] são capazes de gerar pontos de tensão entre a abordagem dessa grande mídia e a da dita independente” (Patrício e Batista, 2020, online).

Se analisarmos tais tensionamentos sob a perspectiva do contrato de comunicação (Charaudeau, 2010) que se estabelece entre a mídias independentes, o tipo de conteúdo que produzem e o modo como se relacionam com seus públicos, compreendemos que o jornalismo editorialmente insurgente constitui um modo de ser e, principalmente, um modo de agir. “A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui seu valor simbólico” (Charaudeau, 2010, p.67).

O **modo de ser** abrange as marcas “insurgentes” que são autodeclaradas, tais como os valores editoriais e a própria forma como as mídias se apresentam enquanto modelo de negócio. As premissas editoriais assumidas geralmente são apresentadas nos portais na aba “sobre” ou “quem somos”. Elementos como a linha editorial, a perspectiva jornalística (jornalismo investigativo, jornalismo especializado em temáticas raciais, ambientais, direitos humanos, com perspectiva de gênero, com ênfase territorial, etc.), os valores, a visão, a missão, os nomes que compõem a equipe de profissionais envolvidos na organização (diretores, editores, repórteres, conselheiros, entre outros) são fundamentais para a compreensão do tipo de jornalismo contra-hegemônico que se propõem e, conseqüentemente, para identificação dos níveis de insurgências que se materializam nos modos de agir.

Em relação ao modelo de negócio, é importante destacar que a natureza organizacional (seja na forma de associação, agência, coletivo, entre outros arranjos) e as formas de financiamento que amparam o discurso de autossustentabilidade e da própria noção de independência editorial (em oposição aos modelos midiáticos hegemônicos), podem indicar uma dimensão de autonomia no sentido da gestão empresarial, mas também em relação à aplicação das premissas editoriais.

No entanto, como alertam Assis et.al. (2017) é prudente sempre revisar os limites em torno da noção de independência em perspectiva mais relacional:

Isto é, independência, liberdade e autonomia não se definem de forma isolada, mas na tensão com seus opostos. Só se pode afirmar que um meio é independente se observarmos seus contextos: ele depende menos do Estado do que de seus anunciantes em tal situação, e demonstra mais autonomia editorial em tal momento. No episódio

---

seguinte, essa condição pode se alterar drasticamente (Assis et.al., 2017, p. 18) .

O **modo de agir**, por sua vez, materializa a conduta editorial seja na prática jornalística por meio da reportagem, como também por meio de outras ações com o intuito de provocar intervenções, seja no próprio campo profissional com ações formativas (por meio da promoção de cursos, oficinas, editais e bolsas para reportagens), por meio de parcerias entre mídias independentes para publicação de reportagens de denúncias, séries especiais ou outras produções mais robustas, como também com ações mais diretas que promovam o debate público a respeito de temas contemporâneos (debates presenciais ou virtuais, entrevistas, entre outros).

Interessa-nos, especificamente, refletir sobre o modo de agir na prática jornalística, ou seja, observando como as premissas editoriais assumem formas distintas nas reportagens que são fruto de processos investigativos imersivos. Compreendemos que as “insurgências editoriais” podem estar previstas na perspectiva jornalística adotada, na natureza e nos modos de participação dos sujeitos e grupos sociais, nos aspectos argumentativos que fundamentam a reportagem, na abordagem territorial, na percepção dos sentidos de pertença, entre outras camadas mais sutis que podem ser exploradas em estudos posteriores.

Em relação à perspectiva jornalística empregada nas produções, ou seja, o tipo de jornalismo que se propõe, a despeito da nomenclatura adotada, é legítimo assumir que as mídias independentes estão se especializando em nichos e ampliando o diálogo com públicos específicos. Para a jornalista e pesquisadora em Comunicação Rosane Borges, em entrevista à Ponte Jornalismo, essas mídias ganham força justamente com esse tipo de atuação, que ela defende como “jornalismo de causas”:

[...] as mídias independentes podem se beneficiar muito desse jornalismo de nicho, sabe? O jornalismo que trabalha com questão racial ou questão de mulheres e violência urbana e a questão das cidades. Essa tendência é irreversível e o jornalismo de causas pode crescer e não ser visto apenas como um jornalismo militante, porque, a rigor, todo o jornalismo é militante (Mendes, 2022, online).

Com relação aos modos de participação dos sujeitos e grupos sociais historicamente invisibilizados e/ou estigmatizados nos processos jornalísticos, a prática editorial insurgente pode se referir, entre outros modos, ao contraponto estabelecido

---

entre o “centro” e a “periferia” e ao modo como essas espacialidades determinam a importância das pessoas e seus territórios, suas experiências, suas vozes e demandas. “Ou seja, aqueles que se inserem na denominação ‘centro’ estariam vinculados ao poderio econômico e político que esquece as demandas da ‘periferia’” (Patrício e Batista, 2020, online).

Importante ressaltar que os modos de participação dos sujeitos estão diretamente relacionados à abordagem territorial e aos sentidos de pertencimento que emergem da relação sujeito-território. Ao propor uma reflexão sobre o mundo que o jornalismo enquadra, Moraes (2022) destaca que as molduras da imprensa hegemônica não só assentam o mundo em reducionismos e binarismos a respeito da realidade social, como também ajudam a pensar nosso cotidiano, hierarquizar nossas escolhas e, também, indicam quem são as pessoas e lugares que valem mais ou valem menos, contribuindo para as políticas de apagamento. “Este jornalismo, que sempre se apresentou como acima das paixões, desinteressado e neutro, faz parte de um projeto bem realizado e articulado, responsável pela estigmatização de pessoas e grupos e, conseqüentemente, por seus apagamentos” (Moraes, 2022, p. 21).

Em contrapartida, Moraes (2022) defende uma prática jornalística engajada, reflexiva, antirracista, com enquadramento crítico e abordagem subjetiva (na dimensão individual e coletiva), dando ênfase às diversidades identitárias, visibilizando as vozes “de dentro”, ou seja, vozes que efetivamente reforçam o sentido de pertença - a exemplo da inclusão de pessoas negras, mulheres e indígenas, na agenda de fontes jornalísticas especializadas, como dotadas de um saber socialmente mais valorizado, entre outros aspectos.

É justamente em relação ao modo de tomar partido a respeito de uma “causa”, tensionando as premissas da neutralidade e da parcialidade, que a insurgência também se revela nos aspectos argumentativos que mobilizam as pautas e fundamentam as reportagens. É, portanto, a materialização de um modo de agir insurgente que denuncia e revela outras realidades sociais. Tais argumentos podem aparecer modulados por: a) conceitos que estruturam o viés argumentativo das reportagens; b) a revelação de informações obtidas por meio de documentos, relatórios, entre outras materialidades; c) imersão do/a repórter nos territórios para compreensão da realidade das pessoas em situações de vulnerabilidade; d) modos de apuração que demandam observação

---

participante para registrar os sentidos de pertença; e) abordagem humanizada, comprometida com a ética e a diversidade; f) valorização do testemunho das vozes “de dentro”; g) acionamento de fontes especializadas que também partilham o sentimento de pertencimento ou de especialistas que possam contrapor ou explicar fenômenos, indicadores, conceitos com viés crítico e plural.

Mas, a crítica aos moldes hegemônicos não deve se restringir à prática profissional. Em consonância com Moraes (2022), chamamos atenção para o papel do ambiente acadêmico, seja como espaço de formação e experimentação dos futuros profissionais, mas, sobretudo como campo de tensionamento das premissas conceituais e questionamento sobre as construções midiáticas:

Podemos culpabilizar somente o mercado e o campo profissional, enquanto não evidenciarmos como a universidade também guarda, a despeito das mudanças recentes, fortes desigualdades e, no caso do jornalismo, ainda oferece uma perspectiva que coloca a técnica acima da reflexividade? (Moraes, 2022, p. 23).

Na mesma perspectiva, Kilomba (2021), a partir de sua própria experiência de vivência do racismo no ambiente acadêmico, critica o conhecimento colonizado e o racismo institucionalizado, identificando e questionando entre outros aspectos, o poder e a violência presentes na hierarquia que determina quem pode falar, preservando a supremacia branca e negando o privilégio de fala para as pessoas negras - que foram colocados na margem por regimes dominantes.

Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecido/a como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (Kilomba, 2021, p. 50).

Para a autora, conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial, reforçando uma hierarquia violenta que determina quem pode falar e, portanto, defende a “urgente tarefa de descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento” (Kilomba, 2021, p.53). Em consonância, Hooks (2021) destaca a importância de uma educação progressista para que as pessoas possam adquirir consciência crítica e se comprometam com o fim da

---

dominação: “Como educadores democráticos, temos de trabalhar para encontrar maneiras de ensinar e compartilhar conhecimento de modo a não reforçar estruturas existentes de dominação (aquelas hierarquias de raça, gênero, classe e religião)” (Hooks, 2021, p. 94).

Assim, retomando a reflexão a respeito do jornalismo como campo do conhecimento, reforçamos a necessidade de autocrítica no que se refere ao estado da arte que sustenta o campo, como também uma revisão da forma como ensinamos e reproduzimos as técnicas jornalísticas hegemônicas. Como lembra Hooks (2021, p.94), “talvez involuntariamente estejamos conspirando com as estruturas de dominação, por conta do modo como o aprendizado é organizado nas instituições”.

É nesse sentido que Albuquerque (2022) enfatiza o debate sobre os estudos decoloniais e o modo como ele deve impactar os estudos de jornalismo. Para o autor, o jornalismo é uma instituição da estrutura de colonização que atua no presente e, por isso, defende a importância de compreender as maneiras pelas quais ele se constitui tanto como objeto quanto sujeito de um processo de colonização.

Entender o jornalismo como sujeito de um processo de colonização é atribuir a ele um papel importante como agente de colonização interna. Ele cumpre esse papel quando se torna intermediário de um processo de importação de verdades originadas nos países centrais do processo de colonização global. Entender o jornalismo como objeto de um processo de colonização significa identificar os agentes externos e internos que levam a atividade jornalística de um determinado país a basear suas práticas, métodos, agendas e valores por referência às potências centrais” (Albuquerque, 2022, p.13).

Em suma, ao refletir sobre o papel das mídias independentes no cenário do jornalismo contemporâneo, deparamo-nos com o desafio de tensionar a prática e o ensino, nesse campo de mudanças e desafios que despontam na paisagem do jornalismo independente, mas, principalmente, somos estimulados a pensar sobre modos de desestabilizar padrões jornalísticos “colonizadores” para a produção de reportagens “insurgentes”. A seguir, apresentamos um exercício de análise que possibilitou a identificação de alguns elementos editoriais insurgentes.



---

## Identificando as Marcas Editoriais Insurgentes

Para compreendermos os movimentos e gestos que configuram o jornalismo editorialmente insurgente, propomos a identificação dos elementos que configuram as “insurgências editoriais”, seja por meio de uma leitura das premissas editoriais de mídias independentes que investem na produção de reportagens investigativas, como também, a partir da leitura crítica das reportagens para verificar os modos de aplicação das características insurgentes na configuração argumentativa das reportagens. Assim, definimos duas camadas analíticas: modos de ser e modos de agir.

Do ponto de vista metodológico, aplicamos noções de análise de conteúdo (Bauer, 2003) para a leitura das premissas editoriais e categorização das marcas editoriais “insurgentes” identificadas nas produções jornalísticas. Para a reflexão e exercício de análise, selecionamos três reportagens especiais, investigativas, produzidas por mídias independentes com perfis editoriais distintos, porém com semelhanças na abordagem jornalística, uma vez que enfatizam a perspectiva e o recorte de gênero e revelam situações de vulnerabilidade.

A primeira é a reportagem especial “Suportaria mais um pouquinho?” (Guimarães; Lara; Dias, 2022), publicada pelo portal Catarinas, em parceria com o Intercept Brasil, que relata o caso de uma menina de Santa Catarina que ficou grávida aos 11 anos, após um estupro, e teve seu direito de abortar negado pela justiça paranaense. A segunda reportagem é “Exploração do trabalho e violações: a rotina das mulheres na produção de frutas para exportação” (Costa; Mathias, 2023) publicada pelo portal O Joio e O Trigo, que denuncia irregularidades e funções exaustivas na rotina de mulheres que trabalham na fruticultura. E, por fim, a terceira reportagem é “Mães de baixa renda e chefes de família são mais afetadas por desastres ambientais” (Fonseca, 2022), publicada pela Agência Pública, que discute, entre outros aspectos, o racismo ambiental e revela o perfil das pessoas atingidas por desastres e que habitam regiões periféricas.

### a) Leitura das premissas editoriais (Modos de ser)

Para identificação das marcas “insurgentes” que são autodeclaradas e configuram a camada analítica “modos de ser”, buscamos as informações apresentadas na aba “sobre” ou “quem somos” dos três portais analisados. Organizamos o Quadro 1,

a seguir, em dois níveis de informação: o modo de organização (a forma como as mídias se apresentam enquanto modelo de negócio) e premissas editoriais (linha editorial, valores, missão, etc). É importante frisar que os textos editoriais já apresentam pistas evidentes em relação à perspectiva jornalística ou tipo de jornalismo que se pretende, categoria que será apresentada na camada “modos de agir”, na relação com o tema das reportagens.

Em linhas gerais, observamos que, os três portais assumem editorialmente o engajamento com causas e nichos específicos; defendem o modo como concebem o jornalismo investigativo, por meio de uma prática embasada na ética e critérios de apuração; reconhecem o papel da atividade jornalística na sociedade em consonância com os nichos e causas defendidas; e, em certa medida, se comprometem com um modo de agir na própria sociedade. As premissas editoriais, portanto, estão alinhadas aos modos de agir que identificamos nas reportagens.

<b>MODOS DE SER</b>	<b>PORTAL CATARINAS</b>	<b>PORTAL O JOIO E O TRIGO</b>	<b>AGÊNCIA PÚBLICA</b>
<b>Modo de organização</b>	Independente Constituído legalmente como uma organização sem fins lucrativos Conta com o apoio do ONU Mulheres	Independente Conta com o apoio de ONGs, institutos e fundações	Independente Agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos
<b>Premissas editoriais</b>	“Desenvolvemos jornalismo de causa, com atuação feminista e antirracista no âmbito da afirmação dos direitos humanos e direitos fundamentais para a garantia de uma sociedade mais justa, democrática e plural”.  “Reportamos e interpretamos os fatos de maneira crítica, por meio da lente do feminismo interseccional que reconhece o entrecruzamento das	“Jornalismo investigativo, abrangente e independente, com informação segura e ampla sobre a indústria de produtos ultraprocessados e seus impactos na saúde e no bem-estar das pessoas”.  “Jornalismo irreverente, contra-hegemônico, com bom humor, mas, principalmente e sempre, com rigor”.  “O jornalismo como	“Investigamos a administração pública, incluindo todos os níveis de governo e as casas legislativas; os impactos sociais e ambientais de empresas, suas práticas de corrupção e de antitransparência; o Poder Judiciário, sua eficácia, transparência e equidade; e a violência contra populações vulneráveis na cidade e no campo”.  “Promoção dos direitos humanos e do direito à

	<p>camadas de opressão que estruturam as dinâmicas de poder na sociedade: raça, classe social, gênero, sexualidade e etnia”.</p> <p>“Compreendemos que o jornalismo provoca impactos fundamentais no acesso a direitos, e principalmente produz conhecimento para promover rupturas no âmbito da cultura, que é onde se cristalizam as relações de gênero, raça, sexualidade, sendo construídas, mas também tensionadas constantemente”.</p>	<p>uma ferramenta-chave para que a sociedade se contraponha aos poderes que estão levando ao esgotamento das vidas no planeta”</p> <p>“Poder privado”: duas palavras tão pouco utilizadas pelo jornalismo brasileiro que até soam estranhas aos ouvidos. Entendemos que investigá-lo é a nossa missão.”</p> <p>“Busca descolonizar o imaginário para construir saídas. Que se pauta por valores, e não por pessoas, forças político-partidárias ou econômicas.”</p>	<p>informação e qualificação do debate democrático”;</p> <p>“Construção da igualdade de gênero”;</p> <p>“Jornalismo investigativo e inovador, com apuração isenta e criteriosa, baseada em fontes primárias”;</p>
--	--	---	---

Quadro 1: Sistematização das premissas editoriais  
(Fonte: Elaborado pela autora)

b) Leitura crítica das reportagens (Modos de agir)

Para identificação das marcas “insurgentes” configuram a camada analítica “modos de agir”, organizamos o Quadro 2, a seguir, com a sistematização das características insurgentes presentes nas reportagens, considerando os níveis de informação: temas; perspectiva jornalística; natureza e modos de participação dos sujeitos/ grupos sociais; aspectos argumentativos da reportagem; abordagem territorial; sentidos de pertença; outras informações.

Em linhas gerais, observamos que, as reportagens possuem temáticas e vieses argumentativos distintos, porém revelam ou denunciam a condição de mulheres em diferentes situações de vulnerabilidade. Os três são coerentes nos modos insurgentes de agir, sobretudo no que diz respeito à perspectiva jornalística e aos aspectos argumentativos. Os dois elementos estão diretamente relacionados às premissas editoriais, confirmando o contrato de comunicação estabelecido.

As três reportagens investem em vieses argumentativos de forma contundente, de modo que possibilita a identificação de cada perspectiva jornalística de “causas” e a dimensão de “parcialidade” que se constitui no modo de agir insurgente, ou seja, na medida em que investem em dados, fontes que certificam o argumento, estão se posicionando. É o que ocorre na reportagem do Portal Catarinas, que defende a tese de violência institucional; na reportagem de O Joio e O trigo, que destaca a proletarização de mulheres do semiárido, com ênfase na fragilidade nas relações de trabalho e os impactos na vida familiar; e na reportagem da Agência Pública, que destaca o racismo ambiental e as consequências dos desastres ambientais.

<b>MODOS DE AGIR</b>	<b>PORTAL CATARINAS</b>	<b>PORTAL O JOIO E O TRIGO</b>	<b>AGÊNCIA PÚBLICA</b>
<b>Temas</b>	criança; aborto; vulnerabilidade; gênero; violência institucional;	fruticultura de exportação; mulheres; safristas; diaristas; mão de obra migrante; relações e condições trabalhistas;	desastres ambientais; racismo ambiental; mulheres em vulnerabilidade
<b>Perspectiva jornalística</b>	Reportagem investigativa, com mote editorial de denúncia em torno de temas que ferem os direitos humanos de mulheres e meninas;  uso de documentos, vídeos e materiais processuais para embasar a narrativa	Reportagem investigativa, com ênfase no testemunho, na descrição do ambiente e no levantamento de informações <i>in loco</i> ;	Reportagem interpretativa, com ênfase na compreensão de dados publicados em estudo sobre os desastres ambientais e os impactos nos territórios em condição de vulnerabilidade;  ênfase no conceito de racismo ambiental

<p><b>Natureza e modos de participação dos sujeitos/grupos sociais</b></p>	<p>preserva a identidade das personagens centrais - a menina e a mãe;</p> <p>a mãe prefere não dar entrevistas;</p> <p>menção às fontes anônimas;</p> <p>identifica apenas as fontes oficiais (juíza, promotora, psicóloga, entre outras);</p> <p>médico/as, advogado/as, psicólogas entre outros/as profissionais foram consultados para fundamentar a argumentação em torno da violência institucional vivenciada pela criança;</p> <p>não há menção ao acusado/suspeito de ter cometido o estupro;</p>	<p>identifica quase todas as personagens que relatam suas histórias de vida na relação com o tema;</p> <p>destaque para a escolha de três personagens interligadas pelo grau parentesco (mãe, filha, nora) para reforçar a argumentação sobre a forma como a fruticultura impacta e envolve as famílias;</p> <p>outras fontes de regiões distintas são acionadas, sendo que uma mulher teve sua identidade preservada por questões de segurança;</p>	<p>as fontes/personagens que relatam a experiência com a vulnerabilidade dos territórios são identificadas; são ativistas e integram grupos/redes de atuação civil</p> <p>as mães de baixa renda/ chefes de família são destacadas no título da reportagem, porém não são entrevistadas, mas são citadas por meio dos dados fornecidos pelo estudo que dá gancho à matéria;</p>
<p><b>Aspectos argumentativos da reportagem</b></p>	<p>a perspectiva de gênero atravessa o modo de apuração e argumentação; defesa do direito das mulheres e meninas;</p> <p>a descrição das personagens centrais - mãe e filha - é limitada à abordagem técnica, feita a partir de informações obtidas por meio de documentos, vídeos, entre outras materialidades; não há contato das repórteres</p>	<p>perspectiva de gênero na escolha da angulação da pauta, com ênfase no relato de experiência de três personagens que compõem o mesmo núcleo familiar (mãe, filha, nora);</p> <p>reportagem descritiva (detalhes do ambiente, do processo de desenvolvimento das frutas para dar dimensão do trabalho realizado pelas agricultoras;</p> <p>personagens intercalam a narrativa, com</p>	<p>reportagem ancorada em dados estatísticos; relatórios</p> <p>a argumentação parte dos dados para os relatos das personagens sobre a experiência com os territórios em situação de vulnerabilidade ambiental</p> <p>embora o estudo citado destaque a vulnerabilidade de pessoas negras, indígenas e</p>

	<p>com as duas personagens;</p> <p>a humanização da abordagem jornalística ocorre na esfera argumentativa, na defesa da tese de “violência institucional” sofrida pela menina que teve o direito de aborto negado;</p> <p>as condições em que ocorreram o estupro não são mencionadas, nem é revelada nenhuma informação sobre sua autoria; foco no episódio da audiência, que culmina na negação ao direito de aborto e a custódia da criança;</p>	<p>testemunhos da experiência;</p> <p>reportagem baseada nos testemunhos das fontes/experiência de vida das mulheres que atuam na fruticultura;</p>	<p>quilombolas, há uma tentativa da reportagem em enfatizar os dados relacionados às mulheres;</p> <p>destaque para o depoimento de mulheres, ativistas que vivenciam os territórios periféricos</p>
<b>Abordagem territorial</b>	<p>o caso relatado na reportagem acontece em Santa Catarina, envolve a justiça estadual, mas a localidade não é um aspecto problematizado na reportagem;</p> <p>o portal tem sede em Santa Catarina - proximidade da ocorrência;</p> <p>caso com repercussão nacional (amplitude do tema)</p>	<p>ênfase no deslocamento da equipe de reportagem que foi enviada à Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte (região do Vale do São Francisco, entre Pernambuco e Bahia, e cidades do Baixo Jaguaribe e da Chapada do Apodi, entre o Ceará e o Rio Grande do Norte);</p> <p>descrição da paisagem, sua geografia, detalhes da espacialidade das personagens;</p> <p>mão de obra migrante</p>	<p>usam os dados do Instituto Pólis para a apuração sobre as condições de territórios vulnerabilizados em Belém, Recife e São Paulo;</p> <p>ênfase em territórios periféricos; foco no conceito de racismo ambiental;</p> <p>ênfase na vulnerabilidade social e a falta de representatividade nos espaços de decisão</p>
<b>Sentidos de pertença</b>	<p>registro da condição de vulnerabilidade da criança custodiada em abrigo e que deseja seu retorno ao</p>	<p>desterritorialização e proletarização de homens e mulheres do semiárido;</p>	<p>a questão climática, a degradação ambiental e os territórios (identidade)</p>

	convívio familiar;	a ordem produtiva orienta o ordenamento territorial;	memórias do território antes da degradação; memória da ação dos desastres ambientais nos territórios periféricos
<b>Outras informações</b>	parceria com o portal The Intercept Brasil;  a cobertura dos desdobramentos do caso foi mantida em parceria;	a reportagem faz parte da série especial “No Rastro das Frutas de Exportação”;  Tem apoio da Oxfam Brasil;	a reportagem faz parte do especial “Emergência Climática”;

Quadro 2: Sistematização das características insurgentes nas reportagens  
(Fonte: Elaborado pela autora)

### Considerações Finais

Neste trabalho, propomos uma reflexão sobre os movimentos e gestos editoriais, que convencionamos chamar de “insurgentes” e assumimos o desafio de iniciar a fundamentação - ainda em processo de maturação - da noção de “insurgências editoriais”, dimensão conceitual que presumimos ser possível identificar de forma contundente nas mídias independentes contemporâneas, em duas camadas que constituem os modos de ser (premissas editoriais) e os modos de agir (práticas e processos jornalísticos).

Ao analisar os três portais - Catarinas, O Joio e o Trigo e Agência Pública, suas perspectivas editoriais e as reportagens que tratam de situações de vulnerabilidade na perspectiva de gênero, foi possível observar que cada mídia desestabiliza os parâmetros hegemônicos de maneiras distintas, porém preservando valores fundamentais para a prática jornalística como a conduta ética e o reconhecimento do papel do jornalismo na sociedade.

Também observamos modos de apuração distintos e que apontam caminhos interessantes para pensar o jornalismo investigativo e o mote editorial da “denúncia”. No caso do Portal Catarinas, as circunstâncias em que ocorrem o aborto e a autoria do estupro não se constituem como pauta central, aspecto que poderia ser explorado nas mídias hegemônicas, mas a reportagem gira em torno da revelação de um vídeo que registra a audiência na qual a criança e sua mãe sofrem “violência institucional”, quando

---

é negado o direito ao aborto e ao convívio familiar. Então, todo o esforço argumentativo da reportagem é direcionado para sustentar a condição de vulnerabilidade e ilegalidade vivenciadas pela criança e sua mãe.

No caso, de O Joio e O Trigo, há um movimento de deslocamento da equipe de reportagem para o território que abriga a fruticultura de exportação e para onde migram mulheres e famílias. A dimensão de denúncia se dá a partir da descrição do cenário, da experiência do testemunho que se revela pela escuta atenta e imersiva, mesclando dados e informações que só a experiência *in loco* permite. E, no caso da Agência Pública, são os dados que conduzem a busca pelas fontes. Ao revelar números e explicar o perfil das pessoas em situação de vulnerabilidade territorial em decorrência das tragédias ambientais, identifica-se também a importância da visibilidade de vozes especializadas que emergem dos próprios territórios, como mulheres ativistas que reforçam os sentidos de pertencimento (uma integrante da Rede Jandyras; uma integrante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco; a fundadora do Instituto Perifa Sustentável).

Tais perspectivas, portanto, também reconfiguram o sentido de parcialidade na atuação jornalística insurgente, sobretudo no que diz respeito aos modos de participação dos sujeitos e na forma como a argumentação da reportagem é estruturada em torno de uma “tese” ou “causa”, daí a importância dos conceitos que sustentam tais reportagens, a exemplo de “violência institucional”, “racismo ambiental”, “desterritorialização”, “proletarização”.

Assim, constatamos que a reflexão sobre o papel das mídias independentes no cenário do jornalismo contemporâneo, tensionando a prática e o ensino, nesse campo de mudanças para a produção de reportagens “insurgentes” se constitui não apenas como um desafio epistemológico, mas também se configura como uma necessária e urgente “arma de combate” às opressões e violências de toda ordem.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. **O mapa do jornalismo independente**. São Paulo, [s.d.], s.p. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 14/07/2023.

\_\_\_\_\_. **Quem somos**. São Paulo, [s.d.], s.p. Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos/>. Acesso em: 09/07/2023.



---

ASSIS, E. de, CAMASÃO, L., SILVA, M. da R., & CHRISTOFOLETTI, R. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo, v. 4, n.1, p. 3–20, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9899> Acesso em: 16/08/2023.

BAUER, Martin, W. **Análise de conteúdo clássica**: uma revisão. In: BAUER, Martin, W. GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2ª ed., 2010.

COSTA, Mariana. MATHIAS, Maíra. **Exploração do trabalho e violações**: a rotina das mulheres na produção de frutas para exportação. O Joio e O Trigo, São Paulo, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2023/04/exploracao-trabalho-mulheres-frutas-exportacao/> Acesso em: 09/07/2023.

FONSECA, Nathalia. **Mães de baixa renda e chefes de família são mais afetadas por desastres ambientais**. Agência Pública, São Paulo, 3 ago. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/08/maes-de-baixa-renda-e-chefes-de-familia-sao-mais-afetadas-por-desastres-ambientais/> Acesso em: 09/07/2023.

GUIMARÃES, Paula. LARA, Bruna. DIAS, Tatiana. **Suportaria mais um pouquinho?**. Portal Catarinas, Santa Catarina, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://catarinas.info/video-em-audiencia-juiza-de-sc-induz-menina-de-11-anos-gravida-apos-estupro-a-desistir-de-aborto/> Acesso em: 09/07/2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** - Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MENDES, Gil Luiz. **Rosane Borges: ‘jornalismo de causa virou pauteira da mídia hegemônica’**. Ponte Jornalismo, São Paulo, 29 ago.2022. Disponível em: <https://ponte.org/rosane-borges-jornalismo-de-causa-virou-pauteiro-da-midia-hegemonica/> Acesso em: 16/08/2023.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamentos para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre [RS]: Arquipélago, 2022.

O JOIO E O TRIGO. **Quem somos:** Quando o fim do mundo se anuncia, o que resta é contar histórias. São Paulo, ©2023, s.p. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/quem-somos/> Acesso em: 09/07/2023.

PATRÍCIO, Edgard. BATISTA, Raphaele. **Elementos de identidade em iniciativas de jornalismo independente.** Extraprensa - Cultura e Comunicação na América-Latina, 12 de Agosto de 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153326/162836#citations> Acesso em: 14 jul. 2023.

PORTAL CATARINAS. **Linha editorial:** O jornalismo que está ao seu lado nas trincheiras. Santa Catarina, ©2022, s.p. Disponível em: <https://catarinas.info/linha-editorial/> Acesso em: 09/07/2023.

REIS, Mariana. **Comunicar, resistir:** um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil. Vozes & Diálogo, Itajaí, v. 16, n. 01, jan./jun, p.193-204, 2017. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/9455> Acesso em: 14 jul. 2023.